

# REFLEXÕES SOBRE O ESTADO E A UNIVERSIDADE

*Carlos A. F. Lima<sup>1</sup>*

**RESUMO:** O presente texto faz a discussão da crise por que passam as universidades federais. Para tanto, considera a atual forma de reprodução da sociedade dominada pelo capital e as alternativas de organização numa perspectiva de políticas populares. Assumindo que Universidade brasileira hoje é uma instituição cada dia mais agredida pela indisponibilidade de verbas e pelo escasso interesse da mídia, analisam-se as tendências políticas de gestão da universidade, uma mais ajustadas as perspectivas do neoliberalismo e outra voltada para os interesses populares. Conclui-se que lutar, nas condições impostas pelo capitalismo tardio, por uma universidade comprometida com os interesses na nação implica o estabelecimento de uma nova relação entre a direção do movimento, em todas as instâncias, e suas bases.

**PALAVRAS-CHAVES:** Universidade; Estado; política; instituição; financiamento.

**ABSTRACT:** The present text discusses the crisis the federal universities face. For so much, it considers the current form of reproduction of the society dominated by the capital and the alternative of organization in a perspective of popular politics. Assuming that Brazilian University today is an institution day by day more attacked by unavailability of budget and by the scarce interest of the media, the politic tendencies of administration of the university are analyzed, one more adjusted to the perspectives of the neo-liberalism and another covering the popular interests. It is concluded that striving, under conditions imposed by the late capitalism, for an university committed with the interests in the nation implies the establishing of a new relationship between the direction of the movement, at all instances, and its basis.

**KEY WORDS:** University; State; politics; institution; financing.

---

<sup>1</sup> Professor do Dep. de Economia Geral da UFPa e dos Mestrados em Educação: Políticas Públicas e Serviço Social.

O PRESENTE texto tem por objetivo colocar em discussão alguns problemas vividos pelas diferentes universidades federais situadas nas mais diversas regiões brasileiras, tendo em vista a grave crise social instalada no país. Isso se faz necessário na medida em que qualquer proposta séria de atuação na universidade implica reconhecer a realidade interativa e cambiante em que vivemos. Além do mais, estamos convencidos de que parte ponderável dos atores que lá se encontram desconhecem sua inserção no contexto nacional. Exemplo disso é a forma de participação dos partidos políticos e sindicatos na Universidade, nestes últimos anos, que, algumas vezes de forma direta e outras indireta, têm contribuído para uma visão senão desmoralizadora, pelo menos depreciativa da Instituição.

A universidade não pode ser analisada de forma isolada do meio social de que faz parte. Enquanto instituição, se encontra penetrada e estruturada em conformidade com a sociedade conflitiva, contraditória e antagônica onde se insere e que a sobredetermina. Nesse contexto, é inegável que a Universidade passa por uma profunda crise, onde vários de seus objetivos institucionais estão sendo postos em cheque.

As universidades federais, portanto, devem buscar traçar horizontes que norteiem o caminho que querem seguir – consentâneo com interesses e especificidades regionais, mas sem descurar do sentido trilhado pelas Universidades brasileiras de forma geral.

É preciso enfatizar que a universidade é o locus onde ensino e pesquisa devem estar associados. A dissociação, a nosso ver, apenas serviria ao interesse de hierarquização das instituições de ensino superior, de acordo com o desenvolvimento econômico e cultural das regiões brasileiras. Como diz Chauí (1987, p. 30): “Certas regiões mereceriam apenas universidades de ensino enquanto outras teriam universidades de pesquisa”. É a transposição das desigualdades econômicas, sociais e regionais, para o plano do saber, com todas as conseqüências que possam daí advir<sup>2</sup>.

As variadas instâncias constitutivas das universidades federais não de vem propor o mimetismo cultural, a repetição canhestra de “modelos” de universidades (USP, FGV, UNICAMP, UnB, etc.), que vingaram em outros momentos da história nacional e em outras realidades regionais. Não podemos e não devemos desconhecer o fato de que o futuro delas depende cada vez mais de seu enraizamento na realidade regional e, ainda, de sua forma de inserção na realidade nacional – cujo papel é sobredeterminante.

### Considerações iniciais

A educação superior se reveste de importância crescente no que tange a reprodução da sociedade dominada pelo capital. O pai da economia, Adam Smith, viu essa importância e não teve dúvidas em colocar a educação como função do Estado capitalista. Este teórico do “laissez-faire” já acentuava a necessidade da participação do Estado em determinados setores da economia para dinamizar a acumulação capitalista.

<sup>2</sup> “Tanto a separação docência-pesquisa quanto a centralização administrativa têm como pressuposto nunca explicitado a idéia de que as universidades serão hierarquizadas conforme o desenvolvimento econômico-cultural das diferentes regiões do país” (Chauí, 1987, p. 30).

A interferência do Estado se daria nas Agenda<sup>3</sup> do governo: defesa, justiça, instituições e obras públicas, (onde estão inseridos os gastos com educação ), etc.

Na sociedade capitalista visualizada pelos pensadores clássicos, como Adam Smith, David Ricardo, John Stuart Mill, Sismonde de Sismondi e Thomas Malthus, cabiam funções precisas e determinadas ao Estado que não podiam ser preenchidas pelas unidades produtivas privadas<sup>4</sup>. Dito de outra forma, o mercado não é capaz, para a economia política, de prover a sociedade de certos serviços essenciais à sua dinamização. Em consequência, temos que relativizar a afirmação corrente de que os clássicos e, particularmente Smith, seriam contrários a toda e qualquer intervenção econômica estatal na realidade social.

### A problemática da educação

Falar na universidade brasileira hoje é falar em uma instituição que se vê a cada dia mais agredida pela indisponibilidade de verbas e pelo escasso interesse que a mídia a ela vem dedicando, principalmente em anos de crise. As duas últimas greves atestam o volume de problemas enfrentado e, o que é pior, as poucas armas de que dispõe o movimento dos professores. Como salienta Oliveira:

Descaso, indiferença e incompetência sintetizaram-se numa atitude deliberada de deixar apodrecer o movimento dos professores, para, na ressaca da derrota e do desprezo da sociedade, operar as soluções podres. (Oliveira, 1991).

No mundo do capital, os professores das universidades públicas não produzem nenhum átomo de valor e, portanto, sua armas têm que ser sensivelmente diferentes das dos setores produtores de mais-valia. Não existe, entretanto, a nível do movimento docente, uma discussão aprofundada acerca de alternativas de luta. Copia-se pura e simplesmente o movimento dos trabalhadores produtivos quando somos trabalhadores improditivos<sup>5</sup>.

O fato concreto é que a universidade se encontra cada vez mais agredida pelo ódio zoológico daqueles que Chico de Oliveira chama de direita anti-universitária e que têm suas raízes ideológicas no liberalismo e neoliberalismo. Na realidade, é uma direita ávida pelo uso da força e pela prevalência do autoritarismo que se expressa na

<sup>3</sup> "Temos que distinguir entre o que Bentham, em sua nomenclatura esquecida, mas útil, costumava chamar de *agenda* e *não-agenda*, e fazê-lo, sem a prévia suposição de Bentham, de que a interferência é, ao mesmo tempo, "geralmente desnecessária" e "geralmente perniciososa". Nesta hora, talvez a principal tarefa dos economistas seja novamente distinguir a *agenda* da *não-agenda*, e a tarefa complementar da política talvez seja a de imaginar formas de governo dentro de uma democracia que sejam capazes de realizar a *Agenda*" (Keynes, 1984, p. 120-121).

<sup>4</sup> "O terceiro e último dever do soberano ou do Estado é o de criar e manter essas instituições e obras públicas que, embora possam proporcionar a máxima vantagem para uma grande sociedade, são de tal natureza, que o lucro jamais conseguiria compensar algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos, não se podendo, pois, esperar que algum indivíduo ou um pequeno número de indivíduos as crie e mantenha" (Smith 1983, p. 173).

<sup>5</sup> Ver Lima (1987). A greve pipoca ilustra com clareza a cópia e falta de pensar com seriedade a Universidade brasileira. A nosso ver representa, de outro ponto de vista, o desespero da esquerda em não encontrar respostas concretas ao avanço do neoliberalismo.

luta contra a pluralidade acadêmica, contra a existência do contraditório e, fundamentalmente, contra os ganhos sociais.

Outro problema que invariavelmente volta ao debate é a questão relativa ao pagamento das universidades públicas. A despeito de seus pátios estarem repletos do bem de luxo por excelência da sociedade dominada pelo capital – o carro, não existe a mais remota possibilidade de o ensino superior privado ser financiado pela classe média falida deste país retardatário. Se olharmos a realidade internacional, constatamos que

em nenhuma parte do mundo, o ensino superior se mantém às custas do pagamento de anuidades pelos alunos. Mesmo (nas) universidades norte-americanas o subsídio às pesquisas pelo Estado (...) e o sistema de bolsas patrocinado pelas fundações, é que cobrem, quase na totalidade, os custos das universidades ditas privadas. (Oliveira, 1991, p. 7)

É bom lembrar que a legislação brasileira em vigor permite que universidades privadas possam disputar recursos públicos, primeiramente destinados às universidades públicas, através de mecanismos como o crédito educativo ou algum curso (faculdade) de teologia. Talvez, por isso, assistamos em Belém a empreendimentos desse gênero, que engordam seus lucros em detrimento da universidade pública e gratuita. Mamam nas tetas do governo para depois cuspir fel no seio em que se empanturraram. As formas de apropriação dos recursos públicos pelos mercadores privados são, como se vê, variadas e múltiplas.

Vejamos a crítica mais costumeira que o liberalismo ensandecido – e neoliberalismo – costuma fazer à universidade pública e gratuita: os gastos do Estado com o terceiro grau são demasiados, altamente improdutivos e, como vivemos numa sociedade de analfabetos, mais valeria investir na educação básica. Vários são os problemas que decorrem desse tipo de colocação falaciosa a que já nos habituamos a encontrar na imprensa falada e escrita. Na verdade, os gastos públicos com educação básica são superiores aos gastos destinados à educação superior. Isto porque os primeiros pertencem à alçada dos municípios e estados, enquanto os da educação superior são da alçada da União (Cf. Oliveira, 1991).

### **Gastos do governo com educação**

O mundo capitalista transformou-se, o que nos obriga a pensar a relação entre necessidades para a dominação do capital e recursos disponíveis para sua função reprodutora das ideologias dominantes. Como diz Giannotti:

durante a vigência do capitalismo concorrencial, o Estado vinha suprir as necessidades da educação em geral, funcionando como espécie de mentor sempre atento às vicissitudes do desdobramento integral da sociedade capitalista. (Giannotti, 1980, p. 7)

O capitalismo desenvolveu-se e no seu processo de desenvolvimento a livre concorrência transformou-se em concorrência oligopolista e, *pour cause*, a questão da universidade não mais se cinge ao equilíbrio entre necessidades e recursos. Agora se trata não só de garantir recursos, mas, também, de assegurar a reprodução da sociedade

capitalista através de uma política de investimentos em educação. Isto foi feito durante a década de setenta. Dessa forma, a política relativa à educação passou a se constituir em item importante para a funcionalidade capitalista em termos de demanda agregada.

Ocorre que os gastos com educação, nesta fase do capitalismo, estão ligados prioritariamente às necessidades da dinâmica do capital, ou seja, se investe na indústria educacional na medida em que haja interesse em aquecer a economia e, ao contrário, quando se precisa concentrar, reestruturar capitais, o desinvestimento em educação é imediatamente acionado ao lado de outros cortes em gastos sociais. Fundamentalmente, os gastos da União com educação preenchem a lacuna da insuficiência de demanda efetiva na economia. Tal processo é inegavelmente contraditório pois os gastos com educação, contribuem, de um lado, para a dinamização do ciclo econômico e, de outro, seu *modus faciendi* possibilita a análise crítica do real na medida em que a sociedade aparece homogênea, indivisa, malgrado ser constituída pela heterogeneidade, divisão e por antagonismos. É esse real que o discurso intelectual, científico, tem que desnudar (Cf. Chauí, 1981).

### Aspectos internacionais e nacionais

O conhecimento que temos do mundo é eminentemente contraditório. Nas aparências, o conhecimento humano entrou na era da unificação, ao torná-lo uma “aldeia global” a la Marshal Mc Luhan, e, recentemente, com o fetiche da globalização. Voltamos a repetir, isso é só aparência. O saber é hierarquizado e estruturado internacionalmente. A tecnologia de ponta é produzida fora do circuito dos países retardatários. Nestes países, os recursos disponíveis para pesquisa e desenvolvimento (P&D) são mínimos se comparados com os mesmos gastos nos países hegemônicos<sup>6</sup>. É importante salientar que a estruturação e hierarquização do saber implicam relações de poder precisas – o que remete à necessidade de negação dos fetiches produzidos pelo capital. Se refletirmos um pouco sobre a realidade internacional, veremos que a relação entre esses países é sobretudo contraditória. De um lado, parece que o mundo caminha para a integração internacional através da superação das fronteiras nacionais pautada pela formação dos grandes mercados (Comunidade Econômica Européia, Mercosul, etc.). Do outro lado, a realidade é muito mais dura. O que se passa é uma luta desenfreada entre as diferentes Nações para conseguir um melhor posicionamento na nova divisão internacional do trabalho que começou a se desenhar após a falência do modelo fundado no fordismo.

Não é, entretanto, o gap entre o desenvolvimento brasileiro e os países hegemônicos que vai nos impedir de continuar a fazer pesquisa. A própria existência desse fosso se constitui em mais um desafio para buscar soluções alternativas às contradições provenientes do desenvolvimento desigual e desequilibrado, tanto internacional quanto nacional. Só dessa forma poderemos resistir à inserção no processo produtivo internacional da forma como os países hegemônicos querem nos impor (porque dispõem do saber, ciência enquanto poder do capital) e, ao mesmo tempo, propor uma outra forma de participação na dinâmica produtiva mundial.

<sup>6</sup> Não se trata de, neste momento, discutir o problema da pesquisa e desenvolvimento, visto não se constituir no objeto deste trabalho.

O importante é que tenhamos bem claro que a economia internacional se encontra em profunda crise e que esta demonstra, de forma palmar, os custos crescentes da manutenção de um sistema cuja lógica é a acumulação da riqueza mesmo que seja à custa da produção da fome sistêmica, estrutural. A economia brasileira, como parte desta totalidade em crise, não pode e não tem condições de se dar um direcionamento desvinculado da economia mundial, posto que a sua dinâmica é sobredeterminada pelo que se passa a nível internacional.

A economia cresceu 4,9% ano passado; a indústria subiu 11%, mas os empregos não chegaram a crescer um ponto. A produtividade bateu recordes. A indigência também. Estimular a economia para absorver os dez milhões de desempregados demanda novo 'milagre'; requer que o país cresça como um tigre asiático por quatro anos enquanto distribui renda com a generosidade de um paraíso nórdico. Haverá alguém capaz de sacudir o país de sua indiferença diante do caos social e realizar essa façanha? (Santos, 1994).

A partir dos anos 1970, o mundo capitalista entrou numa profunda crise da qual até hoje não se recuperou. Ao lado das crises de subconsumo, baixa da taxa de lucro, se agregou uma nova forma da crise que é a da dívida pública. Em consequência, falar em universidade, neste mundo em crise, é falar em crise do ensino, em crise do estado-providência, em crise das relações de trabalho, em crise do padrão de acumulação fundado no fordismo, etc. É inegável que o capitalismo se desenvolveu entre 1930 e 1970. O crescimento foi alavancado, aí, pela presença maciça do Estado na economia. O Estado deixou a esfera da produção de mercadorias e passou de armas e bagagens para a esfera da circulação de mercadorias, a fim de aumentar a demanda agregada da economia, evitando, com isso, a crise de superprodução de mercadorias que provocou o crash de 1929 e jogou por terra a teoria econômica convencional<sup>7</sup>. Foram quarenta anos de crescimento econômico com inflação. A dinâmica keynesiana encontrou seu limite na década de 1970. A partir de então, as forças que propulsionavam o desenvolvimento passaram a produzir o seu contrário, o não-desenvolvimento (cf. Campos, 1980).

Nos anos setenta a economia mundial apresenta uma plethora de capital-dinheiro potencial para empréstimo aos países retardatários para comprar máquinas second-hand e impedir uma inflação em dólares.

Para evitar uma crise de sobreprodução no Japão, na Alemanha, nos tigres asiáticos, etc. os Estados Unidos, desde 1971, foram obrigados a comprar o excedente mundial de mercadorias, incorrendo em déficit permanente na balança comercial. O maior produtor de mercadorias do mundo, ao invés de ser o maior exportador, teve que se transformar no maior importador líquido de mercadorias e ser o detentor da maior dívida externa do globo. Este é o custo de reprodução mundial do capital-mercadorias, o custo pago para evitar uma crise de realização no Japão, na

<sup>7</sup> É Keynes (1983, p. 96) quem propõe: "Se o Tesouro se dispusesse a encher garrafas usadas com papel-moeda, as enterrasse a uma profundidade conveniente em minas de carvão abandonadas que logo fossem cobertas com o lixo da cidade e deixasse à iniciativa privada, de acordo com os bem experimentados princípios do *laissez-faire*, a tarefa de desenterrar novamente as notas (naturalmente obtendo o direito de fazê-lo por meio de concessões sobre o terreno onde estão enterradas as notas), o desemprego poderia desaparecer e, com a ajuda das repercussões, é provável que a renda real da comunidade, bem como a sua riqueza em capital, fossem sensivelmente mais altas do que, na realidade, o são". Esta preciosidade keynesiana mostra, com toda clareza, a razão última do capitalismo.

Alemanha, nos tigres asiáticos... Uma fantástica crise de realização ronda o capitalismo cêntrico. (Campos, [s.d.], p. 12)

Do lado das economias não desenvolvidas, a violenta luta do capital pela sua sobrevivência aparece de forma clara na sua outra face, que é a miséria escancarada nos mais diferentes países do mundo retardatário. A violência não é só a física, mas conta, aí, a violência muda que se traduz nos índices de mortalidade infantil, no desamparo à velhice, nos baixíssimos índices de escolarização, na dominação privada dos meios de comunicação, nos deploráveis indicadores sociais e ambientais, onde as formas de dominação/exclusão social se manifestam de forma dramática. O inusitado é que estes indicadores tendem ao agravamento e têm continuamente se agravado no instante mesmo em que, pela

primeira vez, a humanidade se choca com os limites dos recursos naturais e teria meios técnicos e científicos para poupar esses recursos e procurar maior bem estar com a melhoria da qualidade de vida e não com a insensata multiplicação de bens materiais produzidos. Ainda continua, e em alguns setores se acelera a dilapidação da natureza, um modelo de vida que promete desastres futuros e já hoje compromete o bem estar real. (Magri, 1991).

A (des)ordem capitalista não é o pináculo da história humana. Este sistema produtivo-consuntivo mostra, por sua vez e cada vez mais, as fraquezas de que é portador. Cabe, portanto, às universidades refletir sobre estas questões e focalizar alternativas, principalmente – mas não exclusivamente – através de suas pesquisas, para a construção do mundo em que vivemos.

A universidade não se encontra descolada da sociedade e, portanto, tem que levar em consideração, tanto na sua análise teórica do real quanto em sua práxis, a existência de movimentos sociais na elaboração dessas alternativas, sem perder de vista que a sociedade brasileira, na falta de partidos políticos que encaminhem soluções reais para a vida aflitiva, conflitiva e contraditória da grande maioria da população, tem se servido desses movimentos como escoadouro dos conflitos sociais. Os movimentos sociais não podem ser visualizados como supridores dos partidos mas, na realidade existente hoje, fazem parte do cenário político tanto internacional quanto nacional.

Como salientamos, o mundo moderno, ao modificar-se, tende, ao mesmo tempo, a redirecionar sua educação. Onde não mais se tem a livre concorrência a regular as ações de mercado, já que o capitalismo caminhou em direção ao monopólio<sup>8</sup>, as preocupações centram-se na diminuição de custos através, principalmente – mas não exclusivamente dos aumentos de produtividade. No Brasil e, também, nos demais países retardatários a diminuição dos custos se dá, basicamente, via diminuição e aviltamento do valor da força de trabalho, o que significa dizer que encontramos na produção a convivência de dois processos distintos mas complementares que são: a extração da mais-valia absoluta e da mais-valia relativa.

No caso brasileiro, o fordismo não conseguiu se espalhar por toda a sociedade e “o mundo do trabalho” conheceu e conhece relações de trabalho tipicamente sanguinárias como se refere Lipietz (s/d). Cabe à universidade apreender criticamente essa realidade. A sua razão de ser é a razão crítica, transformadora, onde ela ajude o homem

<sup>8</sup> Como previram Lenin (1976), Hilferding (1970) e Luxembour (1976).

a se tornar sujeito de sua própria história, negando a realidade que hoje o destrói, o nega enquanto homem, enquanto ser totalizador. Esse deve ser o grande objetivo geral da universidade.

De qualquer forma, ela é o locus onde problemas sociais como analfabetismo, desnutrição, desemprego, inflação, miséria, autoritarismo, tortura, democracia, ética, emprego, trabalho, habitação, constituem objeto de estudo, diagnóstico, interpretação e o lugar onde, fundamentalmente, o poder da ciência deve ser utilizado em sua plenitude, subsidiando as instituições constitutivas da sociedade brasileira a fim de abrir veredas a sindicatos, partidos políticos e demais instituições a atuarem em busca de um mundo melhor. É bom lembrar que as relações da Universidade não se restringem nem às empresas, nem aos governos. O seu compromisso é mais amplo, complexo e diz respeito à instrumentalização da sociedade para embates relativos ao próprio processo de reprodução social da sociedade global estratificada em grupos, camadas e classes sociais. Nesse sentido, a universidade tem compromissos políticos e, portanto, estabelece ou se sente compelida a estabelecer relações de poder. Concordamos com Ribeiro ao afirmar:

Mas a universidade deve deixar claro que a sociedade e o mundo não se reduzem à empresa. Há inúmeras formas de sociabilidade e espiritualidade que a ultrapassam. Faz parte do sentido crítico da universidade alimentá-las. Reluto, assim, em subordinar a atividade cultural ao patrocínio empresarial, como solução mágica.

É ótimo que empresas ou indivíduos banquem a arte, mas apostar no mecenato como sucedâneo de um apoio oficial, com recursos de impostos e critérios públicos e transparentes, não me parece uma solução generalizável. (Ribeiro, 1995, p. 3)

### A negatividade cíclica

É inegável que assistimos atualmente a uma crise do well/warfare state. O Estado que aí se encontra é um produto da crise de 29. Nesse ano, o modelo liberal de sociedade entrou em crise, esgotou-se. A fração inteligente do capital (Ford; Keynes) propôs a quintuplicação dos salários dos trabalhadores. No embate esta fração não foi vencedora (cf. Lipietz, 1984) e a crise explodiu com toda virulência nos anos vinte e trinta.

A saída encontrada pelo capital para “o problema axial da economia capitalista que é o de insuficiência de demanda efetiva” (Campos 1980), segundo o diagnóstico keynesiano, foi retirar o Estado da esfera da produção e transformá-lo em consumidor autônomo para garantir a realização das mercadorias produzidas pelo capital, por um lado, e, pelo outro, garantir uma taxa de lucro crescente. Foi um achado. O Estado capitalista agora consumiria o que os pobres indivíduos não tinham condição de fazer. A demanda estatal representa o fato de que o sistema fundado nos bens de luxo entrou em colapso.

Agora o assalariado está excluído do consumo, a não ser enquanto este reproduz sua força de trabalho como realidade histórico-social. O governo keynesiano passa a consumir no lugar do assalariado, aqueles valores de uso que o assalariado não pôde consumir e no lugar de grande parte dos consumidores não-capitalistas: também estes podem ser parcialmente excluídos, porque a demanda “autônoma”

do governo garante a valorização do capital objetivada em não-mercadorias, não-meios de consumo. (Campos, 1983, p. 23)

É importante enfatizar, aqui, que o Estado aparece, no olhar de Keynes, como a saída capitalista para a crise dos anos vinte e trinta. Afinal de contas, no “longo prazo estaremos todos mortos”. A Crise de 29 é a prova, na prática, da débâcle da teoria econômica convencional e, mais abrangentemente, da teoria liberal. A proposta keynesiana perdurou até os anos setenta. A crise provocada pela insuficiência de demanda efetiva será resolvida pelo Estado Intervencionista com a contratação dos trabalhadores improdutivos e destrutivos, que contribuem sobremaneira para aumentar a demanda efetiva e dinamizar a economia capitalista através da produção de não-mercadorias.

Será nos anos setenta que a teoria do Estado keynesiano encontrará o seu limite: os mecanismos propostos pelo Lord inglês não mais surtem efeitos para solucionar, mesmo que provisoriamente, a crise capitalista. A realidade é qualitativamente diferente da dos anos 30. Ironicamente todos estão mortos.

A universidade brasileira sofre as repercussões do caos em que se encontra a economia nacional. Naturalmente, enquanto instituição, ela não se acha isolada das outras agendas do governo. Durante os anos sessenta e setenta, os investimentos em educação, particularmente nas universidades, serviram para dinamizar o padrão de acumulação assentado no arrocho salarial promovido sob o Estado ditatorial instalado em 1964. Estes investimentos serviam para aumentar o número dos trabalhadores improdutivos em detrimento dos trabalhadores produtivos e, por conseguinte, para aumentar a demanda efetiva.

A conseqüência de tal política foi, a nível do Estado nacional, a ampliação da dívida pública. Cresce-se com uma brutal inflação. Tal política seria modificada na primeira metade dos anos setenta. Já não mais será “interessante” aumentar a massa de alunos que entravam nas universidades brasileiras. Agora estamos em anos de crise e, contraditoriamente, não mais se investe profusamente em educação, como seria de esperar, a fim de aumentar a demanda efetiva.

O grande problema é que os gastos estatais ampliam o déficit público e, portanto, o Estado e a economia nacional se defrontam com uma profunda crise, que implica a reestruturação do processo produtivo-consuntivo. Ademais, esse Estado está inserido numa totalidade maior que o sobredetermina, que é o processo de acumulação a nível internacional, e não tem como encontrar saídas efetivas para a crise. Ao mesmo tempo, os trabalhadores improdutivos, dinamizadores do consumo improdutivo e destrutivo capitalista<sup>9</sup>, visualizados por Keynes, não mais se constituem em solução para a crise do sistema.

A proposta dos anos 80 é o neoliberalismo, ou seja, o liberalismo travestido. Os neoliberais nesta década assumem a avant-garde na cena sócio-econômica. No caso brasileiro, procuram de mil maneiras inculcar na sociedade a idéia de que o Estado está

---

<sup>9</sup> “O Departamento III é, para mim, produtor de não-mercadorias, não-meios de produção e não-meios de consumo; produz não-mercadorias que são objetivações do trabalho não-produtivo ou destrutivo, compradas pelo dinheiro não-conversível do governo. Sua função principal é permitir que o lucro seja produzido sem que à sua produção corresponda o aumento das forças produtivas revolucionadoras do sistema capitalista”. (Campos, 1983, p. 6). Ver também Campos (1980).

muito pesado e tem que se retirar da economia. A privatização é o grande remédio, para a escola neoliberal. O Estado é visto como o produtor de todos os males pelos quais tem passado a economia brasileira, em virtude de sua ineficiência. A ideologia neoliberal imputa também ao Estado o seu atraso, a sua não-modernização frente às necessidades prementes de uma sociedade que se encontra de todo despreparada para os desafios do século XXI. Para ser um Estado competente, eficiente, moderno e ajustado às necessidades do 3º milênio, a desinteressada e enternecida solução neoliberal propõe o estado mínimo. privatizar, privatizar! essa é a lei e seus profetas!

Nesse quadro, a perspectiva para a educação neste país é sombria, principalmente levando-se em conta o fato concreto de que o plano Real só se constitui num plano de estabilização, não apontando, portanto, para nenhuma proposta de desenvolvimento econômico<sup>10</sup>. Hoje já está claro que o governo Fernando Henrique adotou na prática o receituário neoliberal<sup>11</sup>, de acordo com as imposições do FMI. Ao nosso ver, a intervenção estatal na economia está sendo pensada (mas não realizada) em termos de retração de sua participação no conjunto das atividades econômicas.

O Estado será, em conseqüência, ainda mais privatizado, o que acarretará um recrudescimento da recessão, do desemprego, da crise, da fome e da miséria. Nunca é demais lembrar que o "Papa" do neoliberalismo, Milton Friedman, foi o economista que serviu e aplicou as idéias neoliberais no governo Pinochet.

É oportuno notar o que disse o então ministro da Educação, Paulo Renato Souza, em entrevista concedida ao jornal Folha de S. Paulo (27 dez. 1994):

Mas a universidade tem que entender que sua trajetória atual é inviável, que ela não pode continuar fazendo o que quer sem prestar contas, gastando 95% de suas verbas em pessoal. O que vamos fazer é fixar objetivos para as universidades e elas vão ter autonomia crescente do Estado. Vão poder buscar fontes alternativas de receita em vez de depender apenas do governo.

Há que se reconhecer, na entrevista citada, a elegância na forma do dizer as coisas. Afóra isso, é inegável a ameaça que ronda a universidade brasileira. Se esta gasta 95% de suas verbas com pessoal isso não se deve aos miseráveis salários percebidos pelos professores e funcionários mas, certamente, aos poucos recursos a ela destinados por um governo que está a serviço dos interesses mais escusos do capital,

<sup>10</sup> Do ponto de vista teórico, este trabalho assume a postura de que não existe razão alguma para diferenciar desenvolvimento econômico de crescimento econômico. No capitalismo se trata única e exclusivamente de desenvolver as forças produtivas para potencializar a taxa de exploração, o que tende a repercutir positivamente sobre a taxa de lucro.

<sup>11</sup> A parafernália da política neoliberal pode ser assim sintetizada: "manter um Estado forte, sim, em sua capacidade de romper o poder dos sindicatos e no controle do dinheiro, mas pouco em todos os gastos sociais e nas intervenções econômicas. Para isso seria necessária uma disciplina orçamentária, com a contenção dos gastos do bem-estar, e a restauração da taxa 'natural' de desemprego, ou seja, a criação de um exército de reserva de trabalho para quebrar os sindicatos. Ademais reformas fiscais eram imprescindíveis, para incentivar os agentes econômicos. Em outras palavras, isso significava reduções de impostos sobre os rendimentos mais altos e sobre as rendas. Desta forma, uma nova e saudável desigualdade iria voltar a dinamizar as economias avançadas, então às voltas com uma estagflação, resultado direto dos legados combinados de Keynes e Beveridge, ou seja, a intervenção anticíclica e a redistribuição social, as quais haviam tão desastrosamente deformado o curso normal da acumulação e do livre mercado. O crescimento retornaria quando a estabilidade monetária e os incentivos essenciais houvessem sido restituídos". (Anderson, 1995, p. 11)

a uma elite incompetente que para acumular capital dependeu e depende dos favorecimentos do Estado.

A título de exemplificação, a taxa de variação média da massa salarial caiu, entre os anos 1991/93, 18,84%, segundo documento da Pró-reitoria de Planejamento da Universidade Federal do Pará. Naturalmente, os salários das universidades federais são iguais, mas o que diferencia a remuneração dos docentes é o acesso a outras fontes de recursos. Aí temos uma diferença qualitativa.

As universidades situadas próximo ao centro hegemônico do país têm mais possibilidades de remunerar seus docentes através da relação empresa-governo-universidade. É lógico que aquelas situadas em São Paulo, centro econômico do país, têm mais facilidade de fazer convênio para pesquisa junto ao governo do estado e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) ou outras organizações da sociedade civil do que universidades situadas em unidades federativas onde governo e empresas capitalistas estão apenas na órbita das empresas que comandam o processo de acumulação nacional e não raro são avessos a pesquisas e relutam em seu financiamento. Acrescenta-se a isso o fato de que existe todo um preconceito com relação à pesquisa em ciências humanas, diversamente do que ocorre na área tecnológica.

A política educacional neoliberal, comandada pelos social-democratas, para as universidades está despoticamente obrigando-as a procurar fontes alternativas de receita. Na prática, estas instituições ficarão à deriva, porque o Estado irá se desobrigar de forma paulatina e crescente do ensino universitário. Há, aí, uma real possibilidade/tendência de, aos poucos, o governo privatizar (transferir para a empresa privada) o imenso patrimônio em que se constituem as universidades. Está em curso, ao nosso ver, o processo de sucateamento das universidades brasileiras e, com elas, dos programas de *recherche & développement* posto que as pesquisas são realizadas, em sua esmagadora maioria, por instituições de ensino superior públicas e gratuitas.

O momento nacional é inegavelmente delicado para os movimentos dos docentes e dos funcionários ligados à Instituição universitária. O governo Fernando Henrique conhece os caminhos e descaminhos da universidade. Talvez, por isso, o movimento das duas categorias acima deva ser muito bem pensado para não contribuir involuntariamente para a privatização. A proposta do governo neoliberal é a privatização, e este objetivo tem sido sempre perseguido pela elite nacional na história da universidade brasileira.

Se ocorrer, será uma doação à iniciativa privada de um imenso patrimônio público sem contrapartida compensatória para o estado nacional. Imediatamente após, o governo deverá subsidiar a universidade privatizada, assim como o fará com as empresas estatais que sofreram tal processo, pois a classe média falida deste país não tem condições de financiá-la.

O grande argumento para isso já está lançado pelo atual ministro. O movimento de resistência dos professores, funcionários e discentes se encontra em baixa. O problema é que a crise que solapa a sociedade brasileira, de capitalismo tardio, não encontra mais na Agenda a solução de seus constrangimentos internos. O que era solução se inverteu. Novos gastos com trabalhadores improdutivos implicam em aumentar o déficit público. Os ganhos obtidos durante décadas de luta pelos professores

e funcionários parecem ter chegado ao fim. O capitalismo não tem mais condições de manter os minguados ganhos de determinadas categorias sociais que foram acordados em outras circunstâncias. O padrão de desenvolvimento capitalista sustentado no processo de produção fordista e no estado-providência encontrou, na década de 70, o seu limite.

O governo social-democrata de Fernando Henrique ameaça até mesmo a estabilidade do funcionalismo público. Nesse sentido, não hesitaria em concordar com Bettelheim quando afirma que “os objetivos dos fascistas e social-democratas são os mesmos”<sup>12</sup>. O clima sócio-econômico para o desencadear e a implantação do social-fascismo está presente na atual formação econômico-social brasileira. Cabe, portanto, perguntar: que sistema é esse em que os direitos à educação, à saúde, à moradia, ao trabalho, etc., o homem não tem garantidos? Vale a pena mantê-lo?

As formas de luta, os encaminhamentos dos movimentos no âmbito da Universidade se deparam com uma nova realidade. Agora o sentido da greve é outro: não se constitui mais em custo para o governo mas em diminuição destes, ou seja, não se gasta mais giz, papel, luz, etc, assim como se poupam os gastos relativos ao ‘azeitamento’ da burocracia universitária.

A afirmação do ex-reitor da Universidade de Brasília, atual ministro da educação, Cristóvam Buarque, é cristalina:

A comunidade acadêmica não tem o direito de ser estúpida. Precisa entender que há momentos em que paralisações são contrárias aos interesses das próprias universidades e dos próprios grevistas e a favor dos que eles pensam enfrentar (Buarque, 1993, p. 197)

Trata-se, portanto, de fazer com que a categoria seja reconhecida pelo governo na sua importância devida. As greves só têm sentido se, e somente se, produzirem impacto junto à sociedade. As greves que até agora desenvolvíamos eram concebidas da mesma forma que as greves dos metalúrgicos. O momento é outro e o resultado está espelhado nos péssimos resultados das últimas greves e muito bem colocado por Francisco de Oliveira<sup>13</sup>. É necessário que compreendamos a singularidade da qual se reveste nosso trabalho neste modo de produção sem, entretanto, perdermos de vista tanto a estrutura, quanto o momento histórico conjuntural pelo qual estamos passando.

### Finalizando à guisa de começo

Às críticas por nós formuladas, a mesmice acadêmica responde em uníssono: se pregam a necessidade de uma alternativa à greve que a apontem.

De prime abord, não é nossa pretensão, pelo fato de constarmos a inoperância de determinado tipo de ação, formular uma alternativa. Até porque a saída para o movimento docente deve ser construída no coletivo.

<sup>12</sup> “Dans le rapport conjoint présenté par Manouilsky et Kausinen, il est dit: Les buts des fascistes et des social-démocrates sont identiques: la différence se trouve dans les consignes et partiellement dans les méthodes.” (Bettelheim, 1983, p. 230).

<sup>13</sup> Ver nota 5, do texto presente.

É fato incontestável que o movimento docente vem sofrendo perdas consideráveis nos últimos anos frente à ofensiva neoliberal. Vejamos isto mais de perto. O poder de compra dos salários dos professores tem se erodido nestes últimos anos. Vários docentes se vêem na contingência de procurar complementação ao minguado salário ou têm atribuído ao trabalho na universidade um sentido de status e/ou complementação salarial.

Não há dúvida de que a luta por um salário digno naturalmente se constitui em uma aspiração legítima. Num mundo onde predomina a individualização da sociedade dominada pelas relações mercantis, a procura pela saída do sufoco tende a ser individual. Acrescente-se a isso a cooptação dos dirigentes sindicais mais combativos pela carcomida administração universitária. Em termos de remuneração é mais proveitoso ser diretor de centro, pró-reitor, diretor de campi avançados, do que estar em sala de aula e/ou desenvolvendo pesquisas. É sintomático o fato de que ex-condutores do movimento docente, pessoas ontem de esquerda, combativas, se encontrem hoje encastelados à administração superior.

Se, por um lado, há todos esses problemas, por outro as greves têm desgastado muito o movimento dos professores e trata-se agora de desenvolvermos outra tática para enfrentar, com lucidez, o novo momento nacional e diminuir o custo de nossas ações.

Os professores que dão aula na pós-graduação e graduação são extremamente sacrificados, na medida em que a pós-graduação não paralisa suas atividades durante as greves, enquanto que a graduação, sim. O resultado é que o professor fica impedido de tirar férias – descanso a que legalmente faz jus – e, assim, de proporcionar um curso de melhor qualidade no momento do retorno às aulas.

Embora se desconheça qualquer avaliação criteriosa acerca do nosso estudantado, é observável que o nível de seu desempenho tem decaído muito. As sucessivas paralisações, é forçoso reconhecer, têm inegavelmente contribuído para a queda livre em que encontramos o estudante e a própria universidade.

Em artigo em que, entre outras coisas, aborda sua volta à USP, escreve Chauí:

Na universidade, como um todo, percebi o recrudescimento de antagonismos que vinham desde os anos 80, entre dois projetos de modernização.

Um, que vê a modernização como empenho da universidade na ajuda à solução dos graves problemas econômicos e sociais do país, e outro, que considera a modernização como reorganização da universidade nos modelos da grande empresa e nos vínculos preferenciais (para financiamento de pesquisas) com o setor empresarial. (...)

Mas levei um susto quanto aos estudantes. Refiro-me aos estudantes de graduação do primeiro ano de filosofia, para os quais dei aula no segundo semestre de 93. Numerosos, interessados, mas totalmente despreparados (com as exceções de praxe): desconhecem história da filosofia, desconhecem línguas estrangeiras, têm enormes dificuldades com a língua portuguesa, dificuldades para lidar com conceitos. (Chauí, 1994)

Os professores são trabalhadores do terciário do governo e, conseqüentemente, não-produtores de valor. Sua vinculação ao processo de acumulação se dá, ocorre, via consumo – o que permitiu a sustentação do crescimento “resolvendo” temporariamente

os problemas de insuficiência de demanda efetiva no capitalismo até os anos 70<sup>14</sup>. De lá para cá, o capitalismo se modificou e as relações que presidiram sua existência entraram em colapso. Agora não temos mais crescimento com inflação e, sim, estagnação com inflação, o que os economistas chamam de estagflação. O estado-providência entrou em crise e o neoliberalismo rapace apresenta como alternativa o estabelecimento do estado mínimo. Assiste razão a Campos quando afirma com a agudeza de espírito que lhe é peculiar:

A crise de produção capitalista provoca a paralisia do pensamento, apelidada de fim das ideologias. A desorientação e o caos inerentes à crise econômica criam barreiras temporais para o pensamento que deixa de ser prospectivo. O espelho retrovisor que a crise do capital faz erguer diante dos olhos da sociedade capitalista leva a burguesia a enxergar a solução de seus problemas no retorno ao passado, a 1873, por exemplo, data do nascimento do movimento neoliberal, na volta do padrão-ouro, ao Estado absenteísta, ao *laissez-faire* e a outras velharias que guardam no rosto as marcas da plástica que pretende lhes devolver a modernidade. Fenômeno equivalente atinge parte da esquerda e a leva a ver o futuro no movimento social democrata, surgido por volta de 1870, e que teve seu auge a partir dos anos 30. (Campos, [s.d.], p. 23)

É claro que a luta dos professores, principalmente neste momento conjuntural, não pode ser igual à dos trabalhadores produtores de valor, produtores da riqueza material capitalista. A paralisação do processo de valorização de capital por parte dos trabalhadores produtores de mais-valia implica no deslanchar da crise capitalista (cf. Lima, 1994). Temos aí a não-transformação do capital-produtivo em capital-mercadoria e deste em capital-dinheiro, o que é fundamental para a continuidade do processo de acumulação do capital. O capital que é valor em processo<sup>15</sup> entra em crise ao ter o seu movimento estancado, paralisado. Ora, a greve destes trabalhadores repercute negativamente sobre o capital, ou seja, este deixa de valorizar-se, o que, de certa forma, o coage, o força a negociação. O problema é que a greve traz prejuízos imediatos, concretos ao aumento da riqueza capitalista. O resultado da negociabilidade dependerá da relação de forças intra e entre as frações das classes em luta.

No caso dos professores a questão é diferente. Não produzindo mais-valia, seu trabalho não contribui para o aumento da riqueza social, ou melhor, eles são não-criadores de riqueza no mundo do capital e se situam no pólo do consumo. No momento em que o padrão de acumulação entrou em crise, a função de dinamizadora da demanda efetiva, desempenhada pela Universidade, perde sua razão de ser. Além do mais, o consumo feito pelas Universidades se inverte em tempos de crise e, em consequência, amplia gastos do governo, contribuindo para aumentar o déficit público sem dinamizar a economia capitalista do desperdício.

<sup>14</sup> Ver Campos (1972; 1973).

<sup>15</sup> "Nous pouvons transcrire la forme A-M-A [Dinheiro-Mercadoria-Dinheiro, F.L.]: valeur devenue autonome dans l'argent (lorsque nous employons le mot valeur sans autre précision, toujours entendre par là *valeur d'échange*), donc valeur provenant de la circulation qui rentre de nouveau dans la circulation, s'y conserve et en ressort de nouveau, multipliée. (En revient comme grandeur de valeur plus grande.) Dans la mesure où l'argent redécrit toujours ce circuit, il est une valeur qui provient de la circulation, qui y rentre à nouveau, qui s'y pérennise (s'y conserve) et s'y multiplie" (Marx, 1979, p. 15).

Nessas condições, a greve deflagrada pelos professores favorece a diminuição dos gastos públicos – de interesse do governo no atual momento conjuntural/estrutural – o que de forma alguma era visado pelos movimentos docente e de funcionários, consoante colocação análoga do ex-Reitor da UnB, já citada. O governo, assim, despreza olímpicamente os movimentos e estes, irrefletidamente, teimam em não tomar consciência de seu papel no processo de acumulação capitalista.

A ação dos professores tem que ser diversa daquela das categorias produtoras da riqueza social. A greve nos tem levado à desmoralização junto à opinião pública, além de exaurir a força de trabalho, que participa simultaneamente das greves e das aulas.

A nosso ver, o movimento grevista só tem sentido quando repercute profundamente na sociedade, voltamos a afirmar, quando esta é surpreendida, de alguma forma, por sua deflagração e manutenção. Essa não tem sido a sorte dos movimentos atualmente desenvolvidos nas universidades.

Nessas circunstâncias, o impedimento da realização do vestibular – levado a efeito pelas três categorias envolvidas na instituição universitária: docentes, discentes e funcionários – talvez represente uma forma de surpreendermos a sociedade, acordá-la do sono letárgico neoliberal e instigá-la à ação. Seu impacto social seria diferente e menos vocacionado a suscitar o desprezo governamental. De alguma forma, haveria que resolver o impasse criado. Lutar, nas novas condições impostas pelo capitalismo tardio, requer novos instrumentos. Esta proposta, certamente presume o estabelecimento de uma nova relação entre a direção do movimento, em todas as instâncias, e suas bases. O trabalho se afigura árduo mas, a nosso ver, factível e com melhores chances de êxito.

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E.; GENTILI, P. (orgs.) **Pós-neoliberalismo**. São Paulo: Paz e Terra, 1995.
- BETTELHEIM, C. **Les luttes de classes en URSS**. Paris: Maspero/Seuil, 1983.
- BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Paz e Terra / UNESP, 1993.
- CAMPOS, L. A. **Crise da ideologia Keynesiana**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- \_\_\_\_\_. **A economia política do não**. Brasília: UnB, 1983.
- \_\_\_\_\_. **Malthus e Keynes: duas almas gêmeas irmanadas na defesa do capitalismo**. Brasília: Unb, 1980.
- \_\_\_\_\_. Mecanismos de sustentação do crescimento, I – o terciário. **Textos para discussão** nº 12, 1972.
- \_\_\_\_\_. Mecanismos de sustentação do crescimento, II – as agenda. **Textos para discussão**, nº 13, 1973.
- \_\_\_\_\_. **O PT diante da crise do capitalismo**. p.12. Mimeografado.
- CHAUÍ, M. Crítica e Ideologia. In \_\_\_\_\_. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.
- \_\_\_\_\_. Marilena e Giannotti debatem rumos da Universidade. **Cadernos Adufpa**, Belém, n. 2, p. 30, 1987.

- \_\_\_\_\_. Regresso da razão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 1 maio 1994. Caderno Mais. Entrevista concedida a Alberto Alonso Muñoz.
- GIANNOTTI, J. A. Notas intempestivas sobre a questão da universidade. In: **Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, 1980.
- HILFERDING, R. **Le capital financier**. Paris: Minit, 1970.
- KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e do dinheiro**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- \_\_\_\_\_. O fim do laissez-faire. In: Szmrecsányi, Tamás.(org.). **Economia**. São Paulo: Ática, 1984.
- LENINE, V. I. **l'impérialisme, stade suprême du capitalisme**. Paris: Sociales; Moscou: Progrès, 1976. T. 22.
- LIMA, C. Capital e crise. In: **Revista do Centro Sócio-Econômico**, n. 2, nov. 1994.
- \_\_\_\_\_. **Reflexões sobre o trabalho produtivo e improdutivo no modo de produção capitalista**. PLADES / NAEA, 1987. Seminários e Debates, n. 13.
- LIPIETZ, A. **L'audace ou l'enlissement**. Paris: La Découverte, 1984.
- \_\_\_\_\_. **O crescimento estrangulado**.
- LUXEMBOURG, R. **L'Accumulation du capital**. Paris: François Maspero, 1976.
- MAGRI, L. **A esquerda europeia entre a crise e a refundação**. 1991. Mimeografado.
- MARX, K. **Manuscrits de 1861-1863**. Paris: Sociales, 1979.
- OLIVEIRA, F. Universitários, uni-vos. In: **Universidade e Sociedade**, São Paulo, Ano 1, n. 2, 1991.
- RIBEIRO, R. J. O Desafio maior da academia. In: **Folha de S. Paulo**, 30 abr. 1995. Caderno Mais, p. 3.
- SANTOS, M. V. Brasil 95: crise social. In: **Folha de S. Paulo**, 26 jun. 1994.
- SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Abril Cultural, 1983. v. II.